



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 24

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 29 DE OUTUBRO DE 2014

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	5
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.....	5
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	5
3. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2014	5
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	5
4.1 Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes para os anos de 2015-2018, Orçamento para o ano de 2015 e Mapa de Pessoal para o ano de 2015	5
4.2 Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos	19
4.3 Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcochete e a Vodafone Portugal – Cedência de prédio sito em Alcochete.....	20
4.4 Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcochete e a Vodafone Portugal – Cedência de prédio sito em Samouco.....	20
4.5 Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcochete e a Vodafone Portugal – Cedência de prédio sito em S. Francisco	21
5. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS	22
6. INFORMAÇÕES	22
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	22
ENCERRAMENTO	24

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alcochete e no edifício do Vulcanense Futebol Clube, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor presidente da Câmara, Dr. Luís Miguel Carraça Franco, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Pela senhora vereadora foi apresentada, a título de homenagem póstuma pelo falecimento de Domingos Jorge dos Santos Massaroca, uma declaração que consta do seguinte teor:

“Deixou-nos recentemente um homem de “Abril”, um homem que se insurgia, com muita frequência, contra as injustiças do mundo, da sociedade e dos mais mesquinhos comportamentos, mesmo daqueles que o rodeavam.

Era o cidadão de Alcochete, o marido e o pai, mas igualmente um militante do Partido Socialista que soube em cada momento responder ao apelo em prol do serviço político, que de “serviço” destinado prossecução do interesse público, também se trata.

Domingos Jorge dos Santos Massaroca foi um dos homens que abraçou a causa público-política em período anterior às primeiras eleições autárquicas ocupando o lugar de Vice-Presidente da Comissão Instaladora para o nascimento da “renovada” Autarquia de Alcochete.

Foi por isso um dos percussores de democracia local, fazendo um trabalho, em conjunto com outros, que viria a dar frutos aquando das primeiras eleições para a escolha, através de sufrágio universal, dos Autarcas do Concelho de Alcochete.

Domingos Jorge dos Santos Massaroca, Jorge Massaroca para alguns, era um fervoroso militante do PARTIDO SOCIALISTA, lutador de causas, afastava-se dos interesses pessoais, dos apelos da Família, fazendo da militância ao PARTIDO uma forma de vida. A verdade é que a vontade de Servir CAUSAS PÚBLICAS sobrepunha-se.

E, SERVIU.

SERVIU a causa PARTIDÁRIA. SERVIU, sem ser serviçal, e, como dizia o nosso poeta Luiz Vaz de Camões,

**“Mais serviria se não fora,
Para tão longo amor, tão curta a vida”.**

Um NOSSO ADEUS, ao Amigo e ao Camarada.”

De seguida, o senhor presidente da Câmara interveio, dizendo que atendendo ao percurso histórico e político de Jorge Massaroca; atendendo ao facto de ele ter sido um ativo militante do Partido Socialista mas que pugnou pelas causas do concelho de Alcochete; atendendo também ao facto ou à circunstância de ter sido vereador da Câmara Municipal de Alcochete, propôs também, que a Câmara lhe prestasse homenagem, através de um Voto de Pesar e minuto de silêncio e que o mesmo seja endereçado à família enlutada com as nossas mais sentidas condolências.

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, um Voto de Pesar e cumprir um minuto de silêncio, bem como remeter as sentidas condolências à família.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €546 564,30 (quinhentos e quarenta e seis mil quinhentos e sessenta e quatro euros e trinta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 22 de outubro de 2014 e 28 de outubro de 2014, a senhora vereadora Raquel Prazeres autorizou o pagamento da despesa, no montante total de €19 870,69 conforme as ordens de pagamento emitidas da n.º 2941 à 2975.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 22 de outubro de 2014

A ata ficou para aprovação na próxima reunião.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes para os anos de 2015-2018, Orçamento para o ano de 2015 e Mapa de Pessoal para o ano de 2015

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

“Nos termos do ponto 2.3 do POCAL, elaboraram-se as Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes para os anos de 2015 – 2018 e proposta de Orçamento para o ano de 2015.

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de €4.077.921,00, contemplando o Plano Plurianual de Investimentos com o valor de €909.285,00 e as Atividades Mais Relevantes com o montante de €3.168.636,00.

A proposta de Orçamento para o ano de 2015 apresenta em receitas o total de €13.680.839,00 e em despesas o total de €13.680.839,00.

É de referir que o Orçamento da Receita, no valor de €13.680.839,00, reparte-se em receitas correntes no valor de €13.411.046,00 e em receitas de capital no montante de €269.793,00.

O Orçamento da Despesa regista um valor total de €13.680.839,00, em que as despesas correntes apresentam o valor de €11.932.591,00 e as despesas de capital o montante de €1.748.248,00.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais institui que os orçamentos municipais incluam, para além dos elementos obrigatórios constantes no art.º 46.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, um relatório que contenha a apresentação e fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes e o articulado das medidas para execução orçamental.

A Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais - RFAL), no art.º 44.º refere a elaboração do “Quadro Plurianual Municipal”. O referido quadro carece da regulamentação, conforme art.º 47.º da mesma Lei, o qual dispõe que “os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por Decreto-lei, a aprovar até 120 dia após a publicação da presente Lei”. O decreto-lei a que se refere a art.º 47.º deveria pois ter sido aprovado até 3 de janeiro de 2014, o que até à presente data não ocorreu.

Acréscimo que, nos termos do n.º 3 do art.º 44.º da RFAL “os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento” pelo que entendemos, opinião corroborada também pela ANMP (CIR_108/2014/AG), não ser possível aos Municípios aprovarem documentos vinculativos para 2016 cuja regulamentação não existe, ou seja, não estando criadas as condições legais para o cumprimento do art. 44.º da Lei nº 73/2013, por omissão legislativa do Governo, desde 3 de Janeiro de 2014.

Neste sentido, são apresentadas uma abordagem do relatório que contem a apresentação e fundamentação da política orçamental a vigorar em 2015 e as principais Normas de Execução Orçamental para o mesmo período.

Na observância da Lei 49/2012, de 29/08, os municípios adequaram as suas estruturas orgânicas às regras definidas por aquele diploma legal, sendo que na prossecução dessa determinação em 27/12/2012 o órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo de 17/12/2012, aprovou o novo organograma e regulamento da Câmara Municipal de Alcochete, publicado na 2ª série do *Diário da República* n.º 8 de 11/01/2013 e posteriormente retificado na 2ª série do *Diário da República* n.º 134 de 15/07/2013, por prévia aprovação do órgão deliberativo de 25/06/2013 sob proposta do órgão executivo de 19/06/2013.

No âmbito do artigo 17.º do citado regulamento a CMA optou por proceder à manutenção das comissões de serviço dos dirigentes em funções na estrutura anterior, até à data do seu termo, conforme prevê o n.º 7 do artigo 25.º da referida Lei 49/2012.

Neste pressuposto a 31/12/2014 a estrutura da CMA comportará 6 Unidades Orgânicas, resultantes da reestruturação, especificamente a DAGR, DATEC, DIS e DAOML, (DAGR e DAOML atualmente providas de dirigente em regime de substituição, a DIS e DATEC, presentemente desprovidas de dirigente). Ainda na vigência da anterior estrutura, verifica-se a permanência de 2 Unidades Orgânicas, nomeadamente a DDJMA e DOTU, as quais irão cessando consoante o termo das comissões de serviço dos dirigentes, respetivamente a 11/06/2015 e 30/06/2015.

Assim e em função dos princípios e orientações previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº. 35/2014, de 20/06, no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal, verifica-se a necessidade de refletir a ocorrência de reafectações bem como a reformulação de algumas adjetivações aos postos de trabalho descritos no mapa de pessoal aprovado pela Câmara Municipal de 18/12/2013 e pela Assembleia Municipal de 27/12/2013. A caracterização e atribuições de todos os postos de trabalho encontram-se sustentadas no mapa de pessoal descritivo anexo.

A gestão integrada de recursos humanos preconizada na referida Lei, tem como suporte fundamental de trabalho o mapa de pessoal do órgão ou serviço, contendo os postos de trabalho estimados anualmente como necessários ao desenvolvimento das atividades municipais, de acordo com as atribuições e competências que se lhe encontram cometidas.

A proposta de mapa de pessoal para 2015, *em anexo*, é aprovada conjuntamente com a proposta de orçamento municipal, nos termos da LTFP, e contem 371 postos de trabalho, comparativamente aos 381 postos previstos no mapa de 2014.

Desses 371 postos de trabalho, encontram-se ocupados 354, por trabalhadores em exercício efetivo de funções na Câmara Municipal de Alcochete, já que existe uma duplicação de 3 postos de trabalho, correspondentes aos dirigentes que já são vinculados ao Município de Alcochete.

Registou-se assim uma redução de 10 postos de trabalho face à totalidade dos existentes no mapa de 2014, decorrentes de diferentes formas de cessação das relações jurídicas de emprego público, abaixo identificadas.

Assim para o mapa de 2015, o valor previsto para as despesas com pessoal, é de €6.765. 281,00, conforme proposta de orçamento, compreendendo a totalidade dos postos de trabalho que, face às disponibilidades orçamentais, se consideram necessários ao desenvolvimento das atividades municipais.

Relativamente ao anterior mapa de pessoal, acima identificado, verificam-se as seguintes alterações:

- a) *Cessação de três comissões de serviço, designadamente:*
- » *a comissão do dirigente intermédio da DIS que já foi concretizada, transitando este lugar para os vagos, dado ser uma Unidade resultante da reestruturação da Câmara Municipal, e,*
 - » *as comissões dos dirigentes das DJRHT e DOMRV, que ocorrerão, sem possibilidade de renovação, a 30/12/2014, cujos lugares serão para anular, em virtude de serem unidades a extinguir, decorrentes da anterior estrutura.*
- a.1) *De referir ainda, que nesta sequência, o mapa de pessoal para 2015, já reflete a transposição dos recursos humanos, efetuada no âmbito do citado artigo 17.º do Regulamento dos Serviços Municipais da Câmara de Alcochete, já que o termo das comissões da DJRHT e DOMRV implicam a reorganização e reafecção daquele pessoal, respetivamente na DAGR e na DAOML.*
- b) *Anulação de um posto de trabalho ocupado, com RJEP por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico, na área de fiscalização, por aposentação;*
- c) *Anulação de um posto de trabalho ocupado com RJEP por tempo indeterminado, de um Encarregado operacional na área de rede viária, carreira de assistente operacional, por aposentação;*
- d) *Anulação de um posto de trabalho ocupado, com RJEP por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, na área de higiene urbana, por falecimento;*
- e) *Anulação de seis postos de trabalho ocupados, com RJEP por tempo determinado, da carreira de assistente operacional, por cessação de contrato, nomeadamente:*
- 2 área de espaços verdes e higiene urbana, 2 área de águas e saneamento,*
 - 1 área de rede viária, 1 área de limpeza de edifícios municipais;*

- f) *Criação de um posto de trabalho, com RJEP por tempo determinado, da carreira de assistente operacional, a área de cemitério, fundamentado com a existência de um único posto de trabalho provido, num equipamento com abertura ao público durante 7 dias da semana e em horário alargado.*
- g) *Ocupação de um posto de trabalho, com RJEP por tempo determinado, da carreira de assistente operacional, na área de refeitórios;*
- h) *Reafetação de um posto de trabalho, com RJEP por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, vago por aposentação de um trabalhador da área de logística, que foi ocupado, no regime de mobilidade interna intercarreiras, por um trabalhador da CMA, na área de transportes.*
- i) *De referir que se verificou ainda:*
- I) *a consolidação definitiva da mobilidade de dois postos de trabalho, com RJEP por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, designadamente um na área de transportes, e outro na área de desporto;*
 - II) *a reafectação de um posto de trabalho ocupado, com RJEP por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, da área de espaços verdes e higiene urbana para área de rede viária por reajuste de funções;*
 - III) *a reafectação de um posto de trabalho à DIS, com RJEP por tempo indeterminado, da carreira de assistente técnico, área de desporto, que se encontrava vago, para ser ocupado, no regime de mobilidade interna na categoria, por um trabalhador de outro organismo;*
- j) *Importa também ter em consideração, que 6 dos 13 postos de trabalho que se encontram vagos, são resultado das seguintes situações:*
- I) *autorização de 3 licenças sem remuneração, nomeadamente de 2 Técnicos Superiores, nas áreas de Desporto, Biblioteca e Documentação, e 1 assistente operacional na área de eletrotécnica;*

- II) *autorização de 1 mobilidade interna na categoria, de um técnico superior, na área da Animação sócio cultural, para outro organismo;*
- III) *2 postos de trabalho, designadamente de um Técnico Superior de Direito, e um Assistente Técnico administrativo, que se encontram vagos, em virtude dos respetivos trabalhadores se encontrarem no regime de mobilidade intercarreiras na CMA.*

Em suma, verificaram-se 11 anulações e 1 aditamento, nas seguintes áreas e relações jurídicas:

11 Anulações:

2 comissões de serviço:

2 postos de trabalho de dirigente intermédio de 2º grau por cessação das respetivas comissões de serviço;

3 de RJEP por tempo indeterminado ocupados:

2 postos de trabalho, na carreira de Assistente Operacional

- » área de rede viária, por aposentação;
- » área de higiene urbana, por falecimento;

1 posto de trabalho, na carreira de Assistente Técnico

- » área de fiscalização, por aposentação.

6 de RJEP por tempo determinado ocupados:

6 postos de trabalho, na carreira de Assistente Operacional

- » 2 área de espaços verdes e higiene urbana;
- » 2 área de águas e saneamento;
- » 1 área de rede viária;
- » 1 área de limpeza de edifícios municipais, todos por cessação de contrato, sem possibilidade de renovação;

1 Aditamento:

1 de RJEP por tempo determinado vago:

1 posto de trabalho, na carreira de Assistente Operacional, na área de cemitério.

Mais se informa que todos os lugares ocupados, quer em relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, quer por tempo determinado, encontram-se orçamentados para 12 meses. Os lugares vagos, quer em relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, quer por tempo determinado, encontram-se orçamentados para 12 meses.

Assim, propõe-se:

1 – A aprovação das Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento e Atividades Mais Relevantes para os anos de 2015 – 2018 e do Orçamento, que engloba o relatório com a apresentação e fundamentação da política orçamental e as principais Normas de Execução Orçamental para o ano de 2015, conforme a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2 – O seu envio à Assembleia Municipal para deliberação, de acordo com a alínea a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

3 – A aprovação do Mapa de Pessoal para o ano 2015, nos termos do artigo 29.º do anexo da LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei 35/2014 de 20 de junho;

4– O seu envio à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para deliberação, de acordo com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugada com a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei 209/2009, de 03 de setembro.

5 – Que a Assembleia Municipal autorize de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a contratação de empréstimos de curto prazo para fazer face a dificuldades de tesouraria durante o ano de 2015 nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 49.º da mesma Lei.

Submetidos à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

O senhor presidente da Câmara informou de forma sucinta, que os documentos previsionais estão conformados por dois documentos fundamentais: um de natureza endógena ou interna e outros de natureza exógena, ou externa.

A Câmara tem necessidade de aumentar as suas receitas e por outro lado, vai ter de manter e implementar medidas políticas de contenção ao nível da despesa. Incorpora, portanto, medidas que tem vindo a ser implementadas ao longo dos anos, de contenção de despesa e também aumentos de receita, nomeadamente e infelizmente através do aumento do IMI.

Verifica-se também, que a Câmara não está a propor à Assembleia Municipal uma ampliação dos seus investimentos materiais, porque para quem já analisou o PSF este documento propõe que a Câmara apenas realize investimentos de natureza estrutural se estiverem acompanhados da necessária comparticipação de fundos comunitários, mas o Novo Quadro Comunitário de Apoio que se vai designar de “Portugal 2020” ainda não está devidamente regulamentado, nomeadamente ao nível do programa operacional regional de Lisboa, daí não haver ainda uma definição das áreas de atuação e das áreas de elegibilidade de investimentos às quais a Câmara possa acorrer.

Em síntese, é um exercício que se propõe que seja de transição, porque será o primeiro ano – 2015 – de implementação do Plano de Saneamento Financeiro da Câmara, porque ao longo dos últimos 3 anos houve reduções de receita acumulada na ordem dos 9 milhões de euros, em função da conjuntura, mas também em função de reduções que têm a ver com as fontes de financiamento das autarquias.

É verdade que a participação do município nos impostos do Estado, ou seja, as descentralizações financeiras decorrentes do Orçamento de Estado, diretos, aumentaram em cerca de 160 mil euros, mas não se deve esquecer que nos anos anteriores a Câmara foi sujeita a um processo de exaustão e de redução de receita que não cobre o acréscimo com que agora foi bafejada.

Referiu também que a fiscalidade verde vai ter repercussão na Câmara, lembrando a título de exemplo o aumento dos custos associados aos combustíveis, assim como não se compreende porque razão as autarquias continuam a estar sujeitas ao IVA de 23% no que respeita à iluminação pública.

Por outro lado, os encargos sociais da autarquia vão manter-se ou aumentar, porque os encargos sociais relacionados por exemplo, com a Caixa Geral de Aposentações cifram-se em 23,75%, o que requer medidas draconianas, rigorosas por parte da Câmara.

A terminar e no que diz respeito ao Turismo, afirmou, que dentro em breve poderá haver uma boa notícia, para todos enquanto membros da Câmara e para todos, enquanto nascidos ou residentes no concelho de Alcochete.

A senhora vereadora Maria Teresa Sarmento afirmou que relativamente ao documento em si, registou o esforço da autarquia em obter um saldo positivo, salientando contudo, que as despesas com Pessoal ainda são bastante pesadas, cerca de 50% sendo que estas absorvem também as questões com a Caixa Geral de Aposentações e outras concretizadas em legislação recente.

Apraz-lhe registar uma diminuição de efetivos, apesar de não se traduzir no peso dos custos com a estrutura inerente ao Pessoal.

Em suma, afirmou que se nota um esforço relativamente àquilo que se pretende, ao que o Executivo pretende.

O senhor vereador Vasco André Pinto reiterou as palavras do senhor presidente relativamente à cedência do espaço para a realização da reunião.

Em relação ao Orçamento afirmou que é muito em linha com aquele que está a ser executado, em que se verifica um esforço de ajustamento à realidade atual, porque todos (cidadãos, empresas, autarquias) tiveram de se adaptar às novas realidades

do mercado e da sociedade e há necessidade de o fazer para bem de todos e para a saúde financeira do município.

Salientou, relativamente ao Turismo, a ausência nas AMR ou nas GOPS, medidas que possam estar ligadas a uma aposta clara no Turismo e na potencialização da nossa riqueza histórica e cultural, que muito gostaria de ver.

Afirmou que o Orçamento lhe parece ser cada vez mais realista, embora careça de medidas concretas para que se possa colmatar a ausência de verbas que vêm do Estado com medidas de atração económica para o concelho.

O senhor presidente respondeu às questões colocadas, começando por dizer que se revê nas palavras da senhora vereadora Maria Teresa Sarmiento no que respeita às considerações com a despesa em Pessoal, lembrando que este peso está umbilicalmente relacionado a execução de receita.

A proposta de Lei do Orçamento do Estado vai continuar a impor à Câmara uma redução de 2%, o que irá potenciar ainda mais a dificuldade em assegurar o serviço público nas áreas de limpeza e espaços verdes, dada a falta de assistentes operacionais, como já reiteradamente tem vindo a ser dito.

Afirmou, politicamente, que a redução de Pessoal na Câmara Municipal de Alcochete só se fará de duas formas: ou por aposentação do trabalhador ou por impulso processual, próprio do trabalhador no que se refere à rescisão do contrato., acrescentando também que o principal ativo da Câmara são os seus trabalhadores.

Relativamente à questão do Turismo, afirmou que em rigor, o Turismo não depende de dotações constantes ou vertidas em rubricas expressas dos documentos previsionais, salientando que só quem não está atento à nossa realidade é que ainda não percebeu que está em curso um enorme projeto turístico de nível metropolitano, o qual está a ser desenvolvido pela Sociedade Agrícola de Rio Frio, que abrange uma área com cerca de 5 000 ha, sendo que 1 700 estão integrados no concelho de Alcochete, que potenciará o Turismo nas áreas equestre, enoturismo e vitivinicultura.

Também não se deve desconsiderar que existe um Plano Estratégico da Região de Turismo de Lisboa, que visa aproveitar o efeito multiplicador da marca “Lisboa” e fazê-lo nas diferentes sub-regiões que integram a AML. Alcochete está inserido numa sub-região que foi designada de “Arco do Tejo” e tem diferentes valências que estão contempladas, aliás, no cumprimento e na esteira daquilo que tem sido defendido pela Câmara, Turismo Ambiental, Turismo da Natureza, Biodiversidade, Turismo Náutico e Turismo Equestre, pelo que se pode em interação com estes agentes definir uma estratégia de desenvolvimento turístico para a Câmara sem que isso tenha de constar, em termos de verba, nos documentos previsionais do Município para qualquer exercício.

A Câmara está a assumir o Turismo, não como uma solução miraculosa para todos os problemas, mas sim a apostar fortemente no desenvolvimento da sua estratégia em estreita articulação com o município de Palmela e com a entidade Regional de Turismo de Lisboa, assim como com parceiros privados que são proprietários do terreno ou têm interesses abrangidos pela nossa estratégia.

Ainda ligado à temática, lembrou o Plano de Pormenor da Barroca d’Alva, o qual se encontra em curso na CCDR assim como uma Declaração de Impacte Ambiental para se poder desenvolver o Empreendimento Turístico na 2.^a e 3.^a secas do bacalhau, que irá contribuir para aumentar exponencialmente a oferta hoteleira ao nível do território abrangido pelo concelho.

O senhor vereador Jorge Manuel Giro corroborou as palavras do senhor presidente e a propósito do Freeport como polo de Turismo, lamentou que aquando da autorização do mesmo, não se tenha estabelecido um protocolo para que os espaços verdes ficassem a seu cargo.

Lembrou outro polo de turismo, de menor dimensão, mas cada vez mais com uma escala considerável, como é o caso da Fundação das Salinas do Samouco, para a qual se prevê até final do ano cerca de três mil visitantes.

A senhora vereadora Raquel Prazeres, a propósito do Turismo lembrou outra potencialidade que não implica ter rubricas em Orçamento, como são o caso das filmagens. Alcochete é apelativa e muito procurada para filmar, o que contribui para uma grande divulgação de Alcochete.

O Mapa de Pessoal tem de facto um grande peso (e os valores estão indicados sem cortes) como já foi dito, contudo houve uma redução de 10 postos de trabalho, outros ficam em aberto e há ainda concursos a decorrer. Os constrangimentos ao nível dos assistentes operacionais já foi debatido, mas entende que apesar das dificuldades, será necessário encontrar uma solução.

Continuando a temática do Turismo, a senhora vereadora Teresa Sarmento referiu que muito tem sido feito ao nível da requalificação e embelezamento, contudo, não deixa de registar os grandes problemas de limpeza e de embelezamento em espaços verdes em algumas franjas da freguesia, como acontece nas Quebradas e em outros espaços. Entende a senhora vereadora que o atual estado de abandono afasta os visitantes.

Reiterou que a gestão de Pessoal da Administração Local deve ser feita pela autarquia sem interferência do Poder Central.

O senhor vereador Vasco Pinto esclareceu que gostaria de ver nas AMR a indicação de um estudo exaustivo para “vender” o que é nosso, tal como acontece em outras localidades, como Óbidos e Sintra por exemplo, que também não têm grande capacidade hoteleira.

Mencionou que lhe causa apreensão não haver lugares vagos para assistentes operacionais, que são a categoria que mais falta faz para assegurar serviços que se encontram depauperados.

A senhora vereadora Susana Custódio, afirmou que olhando friamente para o Orçamento, tirando as verbas que são canalizadas para garantir os serviços públicos essenciais, sobra muito pouco. A título de exemplo teceu comentários à descentralização de competências (sem as correspondentes verbas) para as

câmaras, fazendo com que a Câmara tenha que assegurar verbas para dar respostas que deveriam ser pagas pelo Estado, como acontece nos refeitórios, prolongamentos de horários e outros.

Realçou o valor e o esforço dos trabalhadores a que alguns gostam de chamar “gorduras”.

A finalizar o senhor vereador José Luís Alfélua referiu que o atual Orçamento é de mais ou menos €13 000 700,00, quando há uns anos atrás ultrapassava os 20 milhões. Isto traduz um decréscimo em cerca de um terço e que tem muito a ver com diminuição de receitas no âmbito do imobiliário, agravado pelos sucessivos cortes nas transferências do Orçamento do Estado.

Salientou que a imposição legal de redução de funcionários incidirá sobretudo nas áreas operacionais, o que torna quase impossível a Missão da Câmara.

Submetidos os documentos à votação, a Câmara deliberou aprovar por maioria, com 5 votos a favor da CDU, 1 abstenção do PS e 1 voto contra do CDS-PP, bem como anexar os referidos documentos como **Doc.1**

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

A senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento fez a seguinte declaração de voto em nome do PS:

“Relativamente ao meu sentido de voto, neste caso por abstenção, reconheço a bondade do Orçamento que está projetado para 2015, mas também reconheço as suas dificuldades inerentes que decorrem das vicissitudes da conjuntura nacional, da legislação que é impeditiva de determinadas atividades e sobretudo de concentração de um aumento de Pessoal.

Há um aumento de funções que foram retiradas da Administração Central que também fizeram aumentar as despesas correntes. Reconheço que há um empobrecimento, não só das famílias e das pessoas, mas também um

empobrecimento geral das autarquias, o qual se deve em grande parte às políticas deste Governo que nos últimos anos nos tem assolado, não deixando de recuar um pouco mais e fazendo também um “mea culpa” do Partido Socialista, com o qual a Administração Pública também sofreu imenso, porque começou a derrapar nalguma dinâmica que se prende com o Pessoal.

É uma pessoa muito ligada à Administração Pública e pugna muito para que haja um incentivo dos seus trabalhadores, porque são os Recursos Humanos a alma dos serviços públicos e sem estes à altura, o Serviço Público fica bastante prejudicado.

A referida dinâmica com Pessoal perde-se em duas vertentes: na formação profissional que não chega, porque as entidades empregadoras públicas neste momento não podem dedicar uma parcela das suas despesas para a formação profissional; perde-se porque as carreiras estão congeladas e não há aumentos indiciários; perde-se porque não há aumentos anuais correspondentes àquilo a que se estava habituado a ter.

Há um empobrecimento geral, mas sobretudo, há uma tristeza dos trabalhadores de uma forma geral e pela bondade quer dos autarcas, quer dos dirigentes, às vezes é muito difícil compaginar tudo isso, juntamente com as atividades que se pretende levar a bom porto.

Nada disto está em causa, obviamente, porque o Orçamento espelha todas estas circunstâncias mas, há sempre um mas, há sempre algo, um outro degrau que se pode atingir. Por essa razão, o meu voto foi na abstenção.

4.2 Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos

O assunto foi retirado ficando para posterior deliberação.

4.3 Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcochete e a Vodafone Portugal – Cedência de prédio sito em Alcochete

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

“A 13 de janeiro de 2012 foi celebrado um protocolo de colaboração entre o Município de Alcochete e a Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais SA, no qual o Município cede à Vodafone sem exclusividade o direito de utilização de uma área 10m² de um prédio urbano sito na rua dos Alecrins, sitio do Batel, Herdade da Coutadinha em Alcochete para instalação de comunicações elétricas, conforme descrito na cláusula 1.^a do protocolo anexo.

Pela parcela cedida a Vodafone Portugal, compensa o Município na importância de €50.000,00.

Assim proponho:

Que ao abrigo da alínea j) do artigo 33.^o da Lei n.^o 75/2013, de 12 de setembro, seja aceite a compensação de €50.000,00 prevista no protocolo, em benefício do inventário municipal.”

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o referido protocolo como **Doc 2**.

4.4 Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcochete e a Vodafone Portugal – Cedência de prédio sito em Samouco

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

“A 13 de janeiro de 2012 foi celebrado um protocolo de colaboração entre o Município de Alcochete e a Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais SA, no qual o Município cede à Vodafone sem exclusividade o direito de utilização de uma área 20m² de um prédio urbano sito na rua Mouzinho de Albuquerque em

Samouco, para instalação de comunicações elétricas, conforme descrito na cláusula 1.ª do protocolo anexo.

Pela parcela cedida a Vodafone Portugal, compensa o Município na importância de € 50.000,00.

Assim proponho:

Que ao abrigo da alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aceite a compensação de €50.000,00 prevista no protocolo, em benefício do inventário municipal.”

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o referido protocolo como **Doc 3**.

4.5 Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcochete e a Vodafone Portugal – Cedência de prédio sito em S. Francisco

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

“A 13 de janeiro de 2012 foi celebrado um protocolo de colaboração entre o Município de Alcochete e a Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais SA, no qual o Município cede à Vodafone sem exclusividade o direito de utilização de uma área 50m2 de um prédio urbano sito na Rua Luís de Camões em São Francisco para instalação de comunicações elétricas, conforme descrito na cláusula 1.ª do protocolo anexo.

Pela parcela cedida a Vodafone Portugal, compensa o Município na importância de €50.000,00.

Assim proponho:

Que ao abrigo da alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aceite a compensação de €50.000,00 prevista no protocolo, em benefício do inventário municipal.”

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar o referido protocolo como **Doc 4**.

5. Atribuição de apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Não foram apresentadas informações.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as intervenções dos seguintes munícipes:

- D. Elisa Noronha:

Manifestou o seu desagrado pela falta de limpeza e manutenção dos espaços verdes do bairro da Coophabitual; solicitou a colocação de sacos ou contentor para recolha dos resíduos verdes próximo dos canteiros cuja manutenção é feita por algum proprietários dos prédios; a abertura da água para a rega dos mesmos e a colocação de uma placa de proibição de colocação de lixo.

Sugeriu também, que fossem entrevistados os pequenos comerciantes da vila, no jornal “InAlcochete”.

- Dr. Rui Franco:

Manifestou o seu grande descontentamento pela falta de limpeza e manutenção dos espaços verdes na zona das Quebradas, onde reside.

Solicitou a colocação de placas toponímicas na urbanização e informou que as marcações do estacionamento não estão corretas. Chamou a atenção para que seja arranjada uma forma de melhor poder colocar os sacos do lixo dentro dos contentores.

O senhor presidente e o senhor vereador Jorge Manuel Giro responderam às questões colocadas, esclarecendo que tal como já tinha sido referido durante a reunião, que o principal problema relativamente aos espaços verdes e limpeza, se prende com a falta de assistentes operacionais, dado que são poucos e não podem chegar a todo o lado, agravado pelo facto de a Câmara não poder contratar mais funcionários, contudo, em relação às questões apresentadas pela D. Elisa, foi dito que a Câmara irá atender ao solicitado.

Relativamente às questões apresentadas pelo Dr. Rui Franco, para além da já mencionada falta de funcionários, a questão prende-se também com o facto de a Câmara ainda não ter rececionado alguns dos espaços. No entanto e no sentido de tentar ultrapassar a situação, a Câmara irá promover o acionamento das garantias bancárias.

A senhora vereadora Maria Teresa Sarmento também usou da palavra para referir uma vez mais, o desleixo em que se encontra a urbanização onde reside (Quebradas) e denunciou que alguns moradores estão a alterar a cor das fachadas dos prédios, solicitando por isso, que a fiscalização verifique o que se passa.

Mais informou, que está a pensar juntar um grupo de trabalho com outros moradores da urbanização, no sentido de fazer a limpeza, sendo que para tal necessitam que a Câmara forneça sacos para recolha dos detritos.

O senhor presidente da Câmara, quer no início da reunião, quer a terminar, agradeceu ao senhor vice-presidente da Direção e ao senhor vice-presidente da

Assembleia Geral do Vulcanense Futebol Clube, a cedência do espaço para o atendimento aos munícipes no período da tarde e para a realização da reunião ordinária à noite.

O senhor vice-presidente da Assembleia Geral agradeceu e colocou as instalações à disposição da Câmara sempre que necessário.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 00:05 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.